

Camille GOIRAND

« Polícia e manifestantes nas ruas do Rio de Janeiro 1968-1978/79 », in Angélica Müller (ed.), *1968 em movimento*, editora da FGV, 2018, p.117-137.

Angélica Müller
COORDENADORA

1968
EM
MOVIMENTO

Polícia e manifestantes nas ruas do Rio de Janeiro (1968-1978/1979)*

Camille Goirand

Os movimentos de protesto que ocorreram em 2011 nas avenidas e nas praças de Túnis e do Cairo a partir de janeiro, nas praças da Espanha a partir do mês de maio, ou ainda no coração de Nova York em setembro encontram-se em ressonância com os eventos de protesto situados em outro tempo da história, que ensejaram mudanças políticas.¹ Eles fazem eco, portanto, aos movimentos de oposição aos regimes autoritários dos anos 1960 e 1970 na América Latina, quando manifestações de rua foram reprimidas e seguidas de uma consolidação das instituições autoritárias – por exemplo, no Brasil e no México em 1968 –, mas sobretudo à sucessão de eventos de protesto que prefiguraram ou levaram à abertura dos regimes militares e, por vezes, a seu rápido desmantelamento – na Argentina em 1980-1982, no Chile entre 1983 e 1986 e no Brasil em 1977-1979 e depois em 1984.

Apesar da recorrência histórica, nas fases de mudança política, de movimentos contestatórios, os analistas dessas questões por vezes não deram importância ao papel desempenhado pelos encontros de manifestantes nas ruas nos períodos de queda dos regimes representativos (Linz e Stepan, 1978) ou, inversamente, de transições democráticas (O'Donnell, Schmitter e Whitehead, 1986). Em relação a estas últimas, a perspectiva institucional abordou as aberturas liberais como resultado de negociações que permitiram a resolução dos conflitos e uma redistribuição dos recursos entre as elites. A observação das transições ditas “pactuadas” levou, assim, a pensar que os fatores decisivos das mudanças de regimes políticos ligavam-se ao equilíbrio

* Tradução de Mariana Portella.

¹ Sobre esse tema, ver Ancelovici, Dufour e Nez (2016).

interno dos grupos que exerciam o poder ou ao “cansaço” de seus dirigentes.² Nessas condições, a expressão organizada dos descontentamentos em desfiles de rua ou ocupações temporárias de lugares públicos nos centros das cidades só poderia surtir efeitos marginais.

No entanto, nos países do Cone Sul da América Latina, as mudanças de regime foram acompanhadas por movimentos de protesto. No Brasil, apesar da violência da repressão, os anos que se seguiram ao golpe de Estado de 1964 foram marcados por muitas manifestações de oposição à ditadura, sobretudo por parte do movimento estudantil. Mais tarde, as transições democráticas foram acompanhadas de mobilizações de grande amplitude, inclusive quando os manifestantes assumiram riscos significativos ao marchar pelas ruas. No Chile, entre 1983 e 1986, os moradores das grandes cidades organizaram diversos “dias de protesto nacional”, que conjugaram manifestações de rua, painéis e greves. A partir de 1980 as manifestações semanais dos defensores dos direitos humanos na praça de Maio, em Buenos Aires, ganharam uma visibilidade crescente, enquanto a campanha pela anistia dos prisioneiros políticos no Brasil se consolidou entre 1978 e 1979, com um ciclo de manifestações intensas no curso dos últimos meses. Assim, para além dos corredores dos palácios e dos quartéis, as transformações de regimes ocorreram dentro das fábricas, nas plantações de cana ou de café, nas praças ou nas ruas.

Neste texto, o olhar está focado nessas outras arenas, a fim de compreender como os confrontos imediatos participam das mudanças: como o confronto entre manifestantes e policiais nas ruas contribui para acelerar o processo de construção de um regime autoritário ou de transição para a democracia? A hipótese é a de que o impacto desses eventos varia de acordo com diversos fatores: a) as características do regime político (autoritário, liberal, híbrido); b) as características do evento de protesto (causa defendida, número de participantes, lugares etc.); c) as representações sociais de ordem e de segurança, que tornam aceitáveis ou não um certo nível de repressão violenta; d) a fase do ciclo de mobilização: de enfraquecimento ou de reforço dos protestos.

As manifestações de oposição ao regime militar que aconteceram no Rio de Janeiro entre março e julho de 1968 corresponderam a uma fase de fragilização da contestação durante a qual o governo autoritário se consolidou. A repressão dos protestos nas ruas, nas universidades e nas fábricas contribuiu, portanto,

² Essa é, por exemplo, a perspectiva adotada por Luciano Martins (1986:72-94).

para o dismantelamento dos coletivos, para a dispersão e o isolamento dos opositores, que passaram a ocupar menos espaço, perdendo assim sua visibilidade.³ A repressão violenta respondeu a uma certa aceitabilidade social que se manifestou, no mínimo, pela ausência de participação das maiorias nos protestos e contribuiu para o processo de construção do autoritarismo.⁴ Por outro lado, as manifestações organizadas no âmbito do movimento em favor da anistia dos prisioneiros políticos entre 1978 e 1979 aconteceram em uma fase ascendente, na qual a contestação ganhou força.

Procederemos assim à comparação entre duas séries de eventos de protesto ocorridos no centro da cidade do Rio de Janeiro:⁵ as manifestações organizadas em março e abril de 1968 em uma fase de repressão violenta das oposições, e as passeatas que marcaram o começo da abertura do regime militar entre 1978 e 1979. Após uma breve apresentação das condições políticas nas quais esses eventos ocorreram, assim como das suas características (primeira parte), este texto proporá alguns elementos de comparação relativos às modalidades de confronto entre manifestantes e policiais, às formas de uso do espaço da rua e às formas de expressão do descontentamento político (segunda parte). A observação dessas interações será articulada, finalmente, à análise das dinâmicas de longo prazo nas quais elas se inserem (terceira parte e conclusão).

Os eventos de protesto de 1968 e de 1978-1979 no Rio de Janeiro

Os eventos de protesto de 1968 e de 1978-1979 se inscrevem em dinâmicas políticas diferentes da história do regime militar: de um lado um processo de consolidação do controle autoritário, e de outro um processo de liberalização. Essas dinâmicas encontram uma tradução concreta na oposição entre a repressão violenta e uma relativa tolerância à expressão das oposições.

³ Sobre a repressão aos movimentos sociais, ver Combes e Fillieule (2011:1047-1072).

⁴ Sobre esse assunto, ver Ferreira (2010:169-183).

⁵ Para a presente pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes: relatórios policiais sobre as atividades das oposições e manifestações de rua, fotografias tiradas pelos serviços de informação, fotografias e artigos de jornais, folhetos e textos militantes coletados pela polícia. Essas fontes estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro, e no Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Sobre o uso dessas fontes, ver Ishaq et al. (2012).

Após 1964, o governo consolidou progressivamente o controle militar sobre as instituições do Estado e sobre a sociedade. A partir de 1966, os estudantes mobilizados, e especialmente os membros da União Nacional dos Estudantes (UNE), foram alvo de uma repressão crescente apoiada no uso da força militar. Ao mesmo tempo, o governo consolidou a base autoritária do regime através de uma intervenção nas instituições, mais especificamente com a adoção de uma nova Constituição em janeiro de 1967 e, em seguida, com uma lei de segurança nacional especialmente repressora em março do mesmo ano. Durante a primeira metade do ano de 1968, o coração do movimento de oposição se situou na cidade do Rio de Janeiro. Após a agitação estudantil dos primeiros meses de 1968 em torno de questões diretamente ligadas à vida universitária (preço da refeição no restaurante universitário Calabouço), a morte de um estudante no Rio de Janeiro causada pela repressão policial em 28 de março de 1968 redefiniu a palavra de ordem das mobilizações.⁶ Entre a morte de Edson Luís e a missa de sétimo dia celebrada na Igreja da Candelária, uma série de manifestações agitou os centros das grandes cidades do país. No Rio de Janeiro, a manifestação do 1º de abril de 1968, que correspondia ao aniversário de quatro anos do golpe de Estado, foi interdita pelo governo do estado da Guanabara e pelas autoridades federais sob a alegação de “prevenção”.⁷ No entanto, esse evento desencadeou uma série de protestos, com a participação de um número crescente de pessoas. Desde o golpe de Estado de 1964 os protestos nas ruas haviam envolvido principalmente o mundo estudantil, mas no coração da crise do fim de junho de 1968 as manifestações começaram a agregar outros grupos. Ao lado dos estudantes, artistas, intelectuais, funcionários públicos, advogados ou professores protestaram na famosa Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho. Após esse momento de auge da manifestação, foram também os estudantes que constituíram um dos principais alvos das prisões e da repressão violenta que prosseguiu nos meses que se seguiram.

Dez anos mais tarde, o movimento pela anistia dos prisioneiros políticos aconteceu em um contexto bastante diferente. Ao assumir a presidência em março de 1974, o general Geisel anunciou uma *distensão*, ou seja, uma abertura limitada e progressiva das instituições. Na realidade, a distensão seguiu um

⁶ Sobre esse período do regime militar, ver Müller (2016).

⁷ Segundo comunicado do governo do estado da Guanabara publicado em 1º de abril de 1968, citado em 2 de abril pelo *Correio da Manhã* sob o título “Governo: PM agiu em legítima defesa” (AN Rio PH.TXT.805)

caminho lento, tortuoso e incerto, tendo cada concessão do regime militar à oposição apresentado, como contrapartida, uma medida de controle autoritário, como foi o caso das mudanças sucessivas do Código Eleitoral, em 1977 e 1981 (Skidmore, 1989:5-42). Apesar das fortes tensões causadas pelas resistências internas da instituição militar, a abertura se concretizou através de um alívio progressivo da censura à imprensa, da suspensão do AI-5 a partir de janeiro de 1979,⁸ da anistia aos presos políticos em agosto de 1979 ou, ainda, da volta do multipartidarismo no fim de 1979. Enquanto a oposição partidária autorizada pelo regime militar encontrava um reforço nas urnas a partir de 1974, um amplo ciclo de protestos se iniciou a partir de 1977, reforçando-se progressivamente até a virada da década de 1980. Nesse momento o centro de gravidade dos protestos não estava mais situado no Rio de Janeiro, e sim em São Paulo e em sua periferia, onde emergiu uma larga variedade de movimentos sociais, em sua maioria inexistentes em 1968: movimento feminista, movimento contra a carestia, movimento pela moradia e mobilizações sindicais, em especial nas fábricas do ABC paulista a partir de 1978.

Foi nesse contexto que as reivindicações de anistia dos presos políticos emergiram, de início com o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em São Paulo, que organizou vários protestos públicos já em 1977, e depois com a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1978, por um coletivo que reunia tanto advogados e jornalistas quanto políticos de oposição e familiares de presos. O CBA lançou então uma campanha nacional em defesa de uma “Anistia ampla, geral e irrestrita” que deu lugar a uma onda crescente de manifestações de rua no Rio de Janeiro: à medida que a campanha da anistia era implementada, a mobilização se reforçava, enquanto o medo da repressão parecia dar lugar a um clima de maior distensão. No Rio de Janeiro, durante a “semana pela anistia”, organizada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) entre 16 e 20 de outubro de 1978, somente algumas centenas de manifestantes ousaram sair às ruas. Por outro lado, entre junho e agosto de 1979, as manifestações reuniram um “grande número de pessoas no meio da rua”.⁹ Para as forças da ordem, o movimento impunha a implementação de procedimentos inéditos: tratava-se de lidar com uma “uma manifestação

⁸ O AI-5, Ato Institucional nº 5, que suspendeu as liberdades fundamentais e abriu um Estado de exceção, havia sido editado em 13 de dezembro de 1968.

⁹ Relatório, DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais, divisão executiva, serviço de recursos especiais, 30 de julho de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.321-323.

monstro"¹⁰ sem recorrer à repressão direta, enquanto a ordem autoritária permanecia em vigor e parte dos manifestantes pertenciam a organizações que ainda estavam proibidas.



O movimento pela anistia, 1978/1979,
Fundo de Polícias políticas, Aperj

A maior parte das manifestações do começo de abril de 1968 no Rio de Janeiro teve início com uma concentração na Cinelândia, diante da Câmara Municipal, e prosseguiu com passeatas de itinerários variáveis. Os manifestantes desfilavam na contramão da ampla avenida Rio Branco, onde bloqueavam a circulação, mas seguiam também pelas ruas estreitas do centro. As passeatas mudavam de sentido em função dos confrontos com os policiais, que empurravam os participantes para o largo da Carioca ou bloqueavam a passagem e os agrediam com cassetetes na entrada das ruas. No curso dos seus deslocamentos, os manifestantes organizavam "comícios relâmpagos", rapidamente interditados pela polícia. Várias vezes a dispersão dos manifestantes ocorreu em situação de pânico.¹¹ Por outro lado, em meio às grandes manifestações do final de junho de 1968, a Passeata dos Cem Mil, que não foi alvo de uma repressão direta, seguiu um percurso mais clássico e mais ordenado, partindo da Cinelândia até a Assembleia Legislativa, com uma parada em frente à igreja da Candelária. Em 1978, enquanto a repressão policial permanecia forte, e os encontros não contavam com mais de algumas centenas de pessoas, as passeatas também seguiram um percurso

¹⁰ Telegrama do diretor da Divisão de Operações do RJ, DGIE, 17 de agosto de 1979, caixa 273, f.450.

¹¹ Segundo o *Correio da Manhã* de 2 de abril de 1968, "Seis mil protestaram em toda GB" (AN Rio PH.TXT.805).

incerto. Foi somente em 1979 que elas retomaram o itinerário tradicional. Por exemplo, em um "ato público" em 20 de outubro de 1978, os manifestantes, após terem sido despejados pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), tentaram realizar um protesto na avenida Rio Branco, mas foram forçados a se dispersar pelas ruas adjacentes sem conseguir seguir um itinerário preciso.¹² No entanto, entre julho e meados de agosto de 1979, muitas passeatas partiram da Cinelândia e seguiram a avenida Rio Branco para chegar à praça XV, em frente à Assembleia Legislativa, sem desviar seu caminho apesar dos ataques da tropa. No ponto de chegada, vários políticos da oposição legal discursaram para a multidão.¹³

Em 1968, a presença de forças policiais ultrapassava o percurso das manifestações e se estendia por um perímetro que ia além do espaço urbano disputado. Em 1º de abril de 1968, em um espaço marcado pelo aumento das tensões, as forças policiais decretaram o fechamento das lojas e bares, suspendendo assim o uso habitual de um espaço urbano transformado em palco de conflitos políticos. Durante a passeata, o espaço também foi invadido pelo protesto: papéis picados foram jogados das janelas dos prédios da avenida Rio Branco como forma de apoio aos manifestantes, enquanto "os policiais eram vaiados estrepitosamente".¹⁴ Embora tenham ocorrido em um contexto diferente, as manifestações de 1979 também não se limitaram às passeatas. Os jornais também registraram a participação dos transeuntes, assim como de pessoas presentes nos prédios situados nas ruas ocupadas pelos manifestantes (gritos, chuva de papéis picados, aplausos etc.). A passagem dos manifestantes era, portanto, acompanhada da expressão de um apoio significativo.¹⁵

Além disso, no contexto autoritário tanto de 1968 quanto de 1978, certos lugares serviram de refúgio aos manifestantes diante da ameaça de prisão e de violência. Considerado reservado e pacífico, o espaço de certos prédios dificilmente é acessível às forças policiais. Assim, durante uma manifestação

¹² Ato público pela anistia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1978, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.40-43.

¹³ "No Rio, ato público contra anistia restrita", *Tribuna da Imprensa*, 28 de junho de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.253; e *Comício e passeata de solidariedade aos presos políticos em greve de fome pela anistia*, 27 de julho de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.306-302.

¹⁴ Segundo o *Correio da Manhã*, "Seis mil protestaram em toda GB", 2 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805).

¹⁵ "No Rio, ato público contra anistia restrita", *Tribuna da Imprensa*, cit.

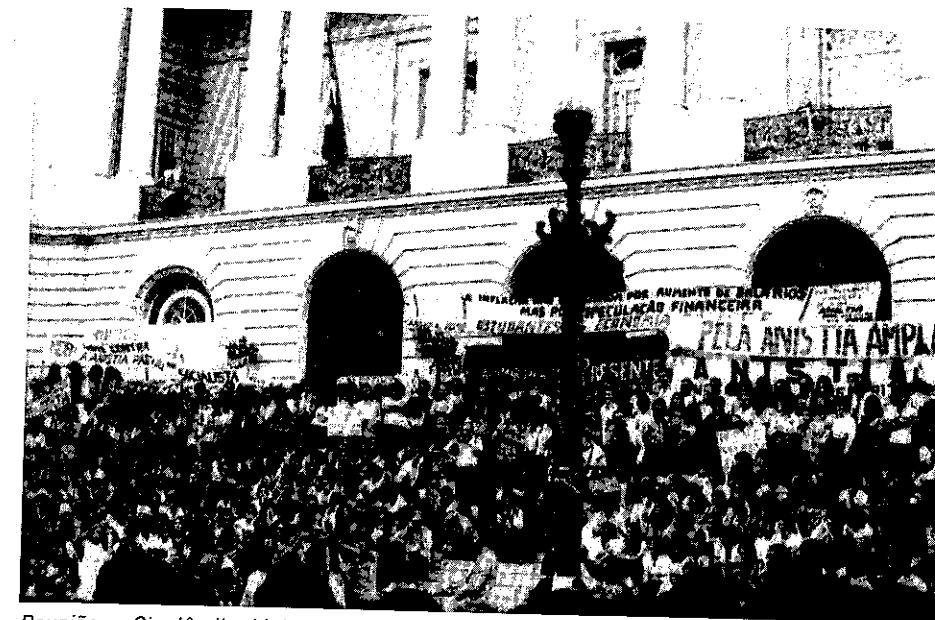
ocorrida em maio de 1967, uma parte dos manifestantes foi buscar proteção na entrada da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, cujas portas foram abertas por um deputado,¹⁶ o que obrigou os agentes do Dops a interromper a perseguição.¹⁷ No começo de abril de 1968, por ocasião da missa de sétimo dia de Edson Luís, na Candelária, a presença da polícia estava muito forte na cidade, mas o interior da igreja permaneceu pacífico, sem a presença das forças da ordem.¹⁸ A existência de alguns espaços usados como “refúgios” também se observa em outubro de 1978, quando manifestantes se refugiaram na Câmara Municipal para escapar de uma repressão policial. Em seu discurso, um dos estudantes expressou o alívio daqueles que haviam podido encontrar esse refúgio e lamentou o medo daqueles que haviam ficado do lado de fora.¹⁹ A polícia não interferiu, portanto, nos espaços do Poder Legislativo, onde a repressão seguiu caminhos institucionais, tais como a cassação de mandatos, evitando a violência física direta. O uso desses espaços tanto pelos manifestantes quanto pelos policiais era norteador por uma economia moral da manifestação, onde os espaços definiam normas de comportamento. Enquanto, no espaço do Legislativo, o discurso era baseado na legitimidade do mandato, o espaço da rua acolhia discursos mais provocadores e mais arriscados, assim como práticas repressivas mais violentas. Ao mesmo tempo, os manifestantes procuravam a proteção e a legitimidade proporcionada pelo apoio dos deputados de oposição. Além disso, frente às manifestações de 1979, enquanto a ordem dada aos policiais não era no sentido de reprimir, mas sim de fazer com que o país permanecesse governado por um membro da instituição militar, as polícias políticas aplicaram suas rotinas de inteligência (identificação de inimigos, relatórios diários etc.), mas a polícia militar nas ruas se absteve de recorrer à violência.

¹⁶ *Correio da Manhã*, “Polícia ameaça deputado de morte”, 25 de maio de 1968 (AN Rio PH.TXT.805). O deputado Fabiano Vilanova declarou então aos manifestantes: “As portas estão abertas e podem ficar sossegados que aqui eles não poderão pôr os pés”.

¹⁷ O Departamento de Ordem Política e Social (Dops) era o principal órgão da polícia política durante o regime militar.

¹⁸ *Correio da Manhã*, “Povo reza por Edson no 7º dia de sua morte”, 6 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805).

¹⁹ *Dia nacional do repúdio às eleições indiretas, protesto de professores*, 13 de outubro de 1978, Aperj-PPRJ, setor custódia, caixa 7.



Reunião na Cinelândia, 14 de agosto de 1979, Fundo Polícias políticas, Aperj

Interações polícia-manifestantes na rua: dos confrontos de 1968 aos atos pacíficos de 1979

No embate entre policiais e manifestantes, a repartição de recursos apresenta uma desigualdade bem mais evidente em 1968 do que em 1978 e 1979. Em abril de 1968, os estudantes estavam dispersos e sem armas, diante de uma polícia ostensiva e armada. Não somente o número de manifestantes reduzia-se a algumas centenas, como os coletivos organizados (partidos políticos, sindicatos, associações) estavam pouco presentes. Em 1978, essas desigualdades permanecem perceptíveis, mas os manifestantes conseguiram ocupar o espaço da praça e mostrar a marca de suas organizações diante de uma presença policial menos ostensiva. Em 1979, a presença visível de organizações representando diversos setores da oposição é indicativa de sua crescente reestruturação. Em julho de 1979, a multidão ergueu bandeiras proclamando que “A UNE está com vocês”.²⁰ A organização estudantil acabava de ser reconstituída em seu 31º congresso,

²⁰ Relatório, DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais, divisão executiva, serviço de recursos especiais, 30 de julho de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.321-323.

realizado em Salvador no fim de maio de 1979. Em agosto, vários nomes de organizações foram citados pelos autores dos relatórios policiais: o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/RJ), "vários sindicatos, tais como: metalúrgicos, bancários, rodoviários, médicos, associação de vigilantes", o sindicato dos professores de segundo grau (Centro Estadual de Professores, CEP/RJ), membros da organização política Convergência Socialista, e deputados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).²¹

De forma cada vez mais marcada, as manifestações se beneficiaram da presença estruturante de personalidades da oposição legal, presença essa que não pode ser rastreada de maneira tão sistemática em 1968. A presença de deputados e vereadores da oposição consolidou, portanto, os usos simbólicos do espaço político, que os manifestantes procuraram preservar desde 1968. Assim, as passeatas nunca foram transferidas para o Palácio do Governo ou para o Palácio da Justiça. No entanto, seu itinerário foi largamente definido em função da localização dos edifícios que sediam o Poder Legislativo (Câmara Municipal do Rio de Janeiro e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro). Além disso, em seus pontos simbólicos, como as escadarias desses prédios, os "atos públicos" foram estruturados pela participação e pelos discursos de detentores de mandatos, então legítimos e protegidos por imunidade parlamentar.

Confronto entre atores organizados

Diante dos manifestantes, as práticas de manutenção da ordem pelas forças policiais apresentam uma importante variação entre 1968 e 1979. Em antecipação à manifestação de 1º de abril de 1968 no Rio de Janeiro, diferentes instituições da polícia (militar, civil e Dops) e do Exército (batalhões pertencentes a várias instituições) foram alocadas em vários pontos da cidade, como diante da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, diante do restaurante universitário Calabouço e em torno do centro da cidade.

²¹ Manifestação pela "Anistia ampla, geral e irrestrita", 14 de agosto de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE - anistia, caixa 273, f.419-422. Esse relatório menciona a presença de detentores de mandatos federais (senador Saturnino Braga, deputados federais Délio dos Santos e Edson Khair), estaduais (deputados estaduais Raimundo de Oliveira, José Eudes Freitas, Heloneida Studart), e municipais (vereador Antonio Carlos Nunes Carvalho), além de deputados federais que haviam perdido seus mandatos (Lysaneas Maciel e Doutel de Andrade).



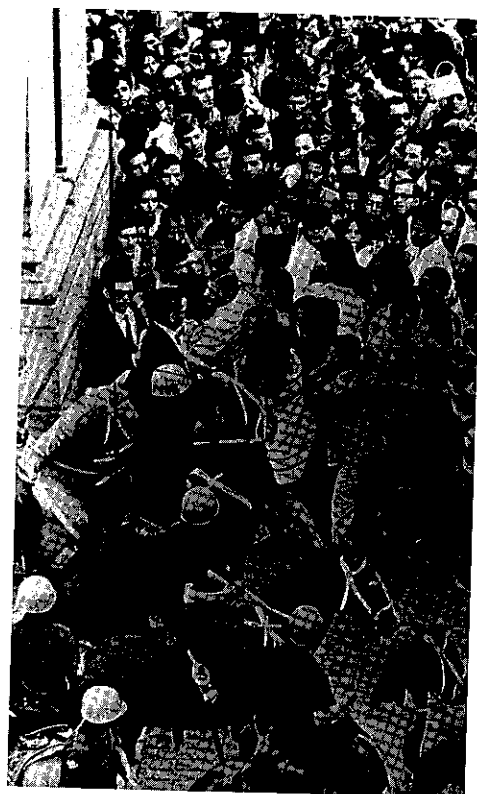
Alocação preventiva de forças policiais no centro do Rio de Janeiro, 1º de abril de 1968, Fundo Correio da Manhã, Arquivo Nacional

A presença ostensiva das forças policiais no espaço público tem como objetivo tanto intimidar quanto demonstrar sua capacidade de manter o controle do espaço. Às 17 horas do dia 1º de abril de 1968 "ninguém passava", comenta um jornalista do *Correio da Manhã*, por conta dos "cordões de isolamento"²² que separavam do resto da cidade os lugares onde se reuniam os manifestantes. Situados em torno da Cinelândia, esses cordões cercavam e isolavam os manifestantes. Ao longo da manifestação, a polícia colocou em prática técnicas de canalização e de controle dos movimentos da multidão, dirigindo os manifestantes de volta ao largo da Carioca e impondo uma única saída, pela rua 13 de Maio, onde uma parte dos manifestantes foi finalmente presa.²³ Para realizar esse trabalho, a polícia dispunha, portanto, de recursos materiais múltiplos, dos quais fazia amplo uso: aparelhos de comunicação modernos, cassetetes,

²² *Correio da Manhã*, "PM ocupou a cidade em vão", 2 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805).

²³ Segundo o *Correio da Manhã*, "Seis mil protestaram em toda GB", 2 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805).

gás lacrimogêneo,²⁴ jatos de água e cavalos. Durante a semana pela anistia, em 1978, as tensões permaneceram fortes e perceptíveis com a implementação de barragens preventivas antes da concentração dos manifestantes, além de a polícia ter utilizado mangueiras para dispersar os manifestantes e ter usado de forma ostensiva suas armas de fogo.²⁵ Se a repressão parece ter se tornado mais moderada, os relatórios policiais mencionam, mesmo assim, de maneira implícita, o uso da força pelas tropas especiais da polícia militar: "a força de choque da PMERJ agiu com serenidade, embora, em determinados momentos, empregasse a energia necessária, buscando manter a ordem e a tranquilidade públicas".²⁶



Repressão de manifestantes pela polícia montada. Rio de Janeiro, 1968 Fundo Polícias políticas, seleção "imagens da repressão", Aperj

²⁴ Idem.

²⁵ *Dia nacional do repúdio às eleições indiretas, protesto de professores*, 13 de outubro de 1978, Aperj-PPRJ, setor custódia, caixa 7.

²⁶ Idem.

Por outro lado, entre junho e agosto de 1979, o equilíbrio entre manifestantes e policiais se modificou à medida em que estes últimos tornaram-se menos visíveis, enquanto os primeiros se concentraram em maior número. Na avenida Rio Branco, onde desfilavam os manifestantes, "o policiamento ostensivo da PMERJ era praticamente nulo", somente com agentes policiais encarregados da regulação do trânsito.²⁷ Em 14 de agosto de 1979, o relatório da DGIE estimou que a presença da PMERJ era "discreta". O documento nota a presença de viaturas de polícia em pequeno número e destaca a ausência de violência.²⁸ No curso dessa série de manifestações, os recursos dos manifestantes foram significativamente maiores do que no passado. Alguns recursos materiais apoiaram a organização das manifestações, como faixas e cartazes em número elevado, venda de adesivos, coleta de doações, e também uma viatura equipada de um megafone.²⁹ Além da presença de deputados à frente da passeata, do apoio dos transeuntes e do número crescente de manifestantes, o relatório policial destaca que "o evento revelou-se bem organizado e demonstrou terem os manifestantes contado com amplos recursos em material de propaganda".³⁰

A rua, um espaço disputado

As interações entre polícia e manifestantes foram, portanto, muito mais conflituosas em 1968 do que em 1978-1979. Em 1968, os confrontos responderam a um jogo de perguntas e respostas cuja escalada resultou em repressão violenta. Na manifestação do 1º de abril de 1968, as barragens policiais responderam à organização de "piquetes" (barricadas) pelos manifestantes, construídos precariamente com mobiliário urbano. Depois de a Cinelândia ter sido "inteiramente ocupada pelos soldados",³¹ a tensão aumentou gradativamente. Aos gritos de "Abaixo a ditadura", a polícia respondeu com bombas de gás lacrimogêneo e

²⁷ Relatório, DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais, divisão executiva, serviço de recursos especiais, 30 de julho de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.321-323.

²⁸ *Manifestação pela "Anistia ampla, geral e irrestrita"*, 14 de agosto de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.419-422.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ *Correio da Manhã*, "Seis mil protestaram em toda GB", cit.

golpes de cassetete (no Tabuleiro da Baiana),³² ferindo os manifestantes – que responderam arremessando pedras.



Comício relâmpago em uma rua do centro do Rio de Janeiro, 18 de julho de 1968, Fundo *Correio da Manhã*, 18-7-1968, Arquivo Nacional

No corpo a corpo, os manifestantes brincaram de “gato e rato” com os policiais: nesse dia, diante dos cordões de segurança, responderam com movimentos rápidos, escaparam da polícia ao correr com velocidade, e organizaram “comícios relâmpago” apressadamente, “ludibriando a polícia”.³³ Enquanto os policiais eram vaiados dos prédios, o confronto começou com o avanço dos manifestantes: “à medida que os manifestantes avançavam, a repressão se tor-

³² N.T. – Terminal de transporte urbano próximo ao largo da Carioca, localizado entre a avenida 13 de Maio e a rua Senador Dantas, assim chamado devido a seu formato.

³³ Segundo o *Correio da Manhã*, “Seis mil protestaram em toda GB”, 2 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805).

nava mais violenta”, com o recurso mais frequente ao gás lacrimogêneo.³⁴ Foi na interação com os atos dos manifestantes que a violência policial se deu, após um soldado ter sido ferido por uma bala no pescoço. De um lado, a repressão seguiu os procedimentos previstos: depois que todas as tentativas de conter os manifestantes de forma pacífica se esgotaram, de acordo com um comunicado do governo, “o governador Negrão de Lima autorizou o comando da PM a liberar contingente armado”. O envio do contingente foi então apresentado como “um ato de legítima defesa para controlar a situação”.³⁵ Por outro lado, a violência policial na rua se desencadeou quando “os comandantes dos choques já não controlavam mais os soldados”, de acordo com o *Correio da Manhã*.³⁶ Diante da estratégia dos estudantes de se reagrupar progressivamente, em silêncio, o jornal descrevia uma “polícia confusa”.³⁷

Ao longo da semana da anistia, em outubro de 1978, o jogo de perguntas-respostas entre policiais e manifestantes continuou presente no cenário da manifestação, mas a tensão foi mais branda. No dia 20 de outubro, os manifestantes tinham começado a ocupar a Cinelândia de forma pacífica e a cantar *slogans* quando a polícia abriu mangueiras para desalojá-los e impor a proibição do comício. A resposta que os manifestantes deram a essa ação foi dupla. Apesar da escassez de seus recursos materiais, eles responderam corpo a corpo e “atiraram sobre a tropa papéis molhados”, mas também se apoiaram nas posições institucionais de seus membros, respondendo aos policiais com discursos de deputados da oposição.³⁸ Em julho-agosto de 1979, na ausência de prisões e enfrentamentos violentos, os manifestantes se apoiaram no nome e na legitimidade política dos participantes para estabilizar sua presença nas ruas e demonstrar sua unidade: “durante a passeata, os políticos seguiram de braços dados”.³⁹

³⁴ Idem.

³⁵ Comunicado do governo do estado da Guanabara, 1º de abril de 1968, citado pelo *Correio da Manhã*, em “Governo: PM agiu em legítima defesa”, 2 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805).

³⁶ *Correio da Manhã*, “Portela mandou Negrão usar a força policial”, 2 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805).

³⁷ *Correio da Manhã*, “PM ocupou a cidade em vão”, 2 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805).

³⁸ *Ato público pela anistia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, 20 de outubro de 1978, Aperi-PPRJ, setor DGIE-anistia, caixa 273, f.40-43.

³⁹ *Manifestação pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”*, 14 de agosto de 1979, Aperi-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.419-422.



Deputados de oposição marcham pela rua, 14 de agosto de 1979, Fundo Políticas políticas, Aperj

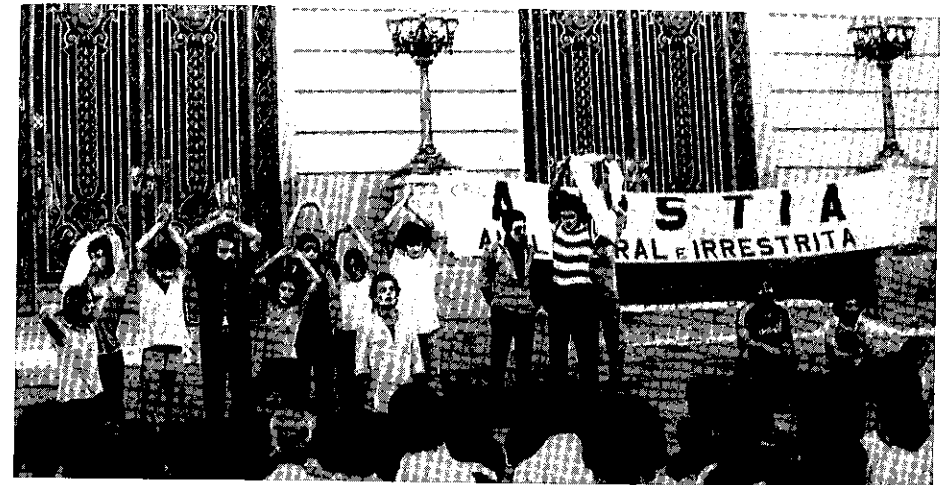
Os confrontos entre manifestantes e policiais ou, ao contrário, o *laissez-faire*, se traduziram em mobilidades diferenciadas, entre a fuga e a ocupação de lugares. Em abril de 1968, os movimentos da multidão mostravam indivíduos dispersos, à procura de proteção e sujeitos a um medo evidente, pouco ou nada estruturados em coletivos. No começo da manifestação do 1º de abril, “estudantes circulavam, facilmente reconhecíveis, mas em silêncio”,⁴⁰ a mobilidade e a ausência de agrupamentos sendo impostas pela presença policial e pela ameaça da repressão. Os jornalistas descrevem, assim, grupos isolados, que “passaram a correr pelo meio da rua”, na avenida Presidente Vargas, e que fugiram em pânico quando “houve um início de corre-corre”.⁴¹ Em 1978, certas práticas impostas pela repressão permaneceram. Por exemplo, “o ato público” de 20 de outubro de 1978 terminou com um “comício relâmpago” no Bar Amarelinho na Cinelândia,⁴² sendo imediatamente seguido de uma dispersão imposta por uma intervenção policial: desorganizou-se assim a passeata que, em seguida, transbordou por várias ruas. Apesar disso, a presença nos espaços públicos parece ter tido duração mais longa e viabilizado atividades políticas mais organizadas.

⁴⁰ *Correio da Manhã*, “PM ocupou a cidade em vão”, 2 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805)

⁴¹ Segundo o *Correio da Manhã*, “Seis mil protestaram em toda GB”, 2 de abril de 1968 (AN Rio PH.TXT.805).

⁴² *Ato público pela anistia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, 20 de outubro de 1978, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.40-43.

No mesmo 20 de outubro, políticos de oposição e representantes estudantis de diversas universidades tomaram a palavra, “criticando a situação política do país”.⁴³ No ano seguinte, o tempo disponível tornou possível uma expressão política mais precisa. Assim, em 14 de agosto de 1979, o “ato público” na Cinelândia durou duas horas, de 16h às 18h, com uma sucessão de discursos, cantos e performances teatrais.⁴⁴



Performances na escadaria do Teatro Municipal, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1979, Fundo Políticas políticas, Aperj

⁴³ Idem.

⁴⁴ Manifestação pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”, 14 de agosto de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.419-422.

À medida que a repressão se tornou menos presente, os manifestantes se instalaram na praça e ali organizaram rituais e performances. Em 13 de outubro de 1978, eles fizeram um minuto de silêncio “em memória dos que foram mortos pela ditadura”.⁴⁵ No ano seguinte, alcançaram uma margem de tempo e espaço suficiente para apresentar performances explícitas na Cinelândia. Em 27 de julho de 1979, um grupo composto de 15 alunos do Teatro de Resistência do Comitê Brasileiro da Anistia, “todos vestidos e tendo o rosto totalmente pintado, encenaram uma sátira ao governo, criticando o regime”.⁴⁶ um dos atores interpretava o presidente da República, enquanto os outros interpretavam prisioneiros políticos torturados. Em 14 de agosto de 1979, o grupo “Quem fez V” apresentou “uma espécie de peça teatral”, em que os participantes interpretavam o papel de prisioneiros políticos em greve de fome, com as mãos sobre a cabeça.⁴⁷



Manifestantes nos degraus do Teatro Municipal, Cinelândia, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1979, arquivos Fundo Polícias políticas, Aperj

⁴⁵ *Dia nacional do repúdio às eleições indiretas, protesto de professores*, 13 de outubro de 1978, Aperj-PPRJ, setor custódia, caixa 7.

⁴⁶ *Comício e passeata de solidariedade aos presos políticos em greve de fome pela anistia*, 27 de julho de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.306-302.

⁴⁷ *Manifestação pela Anistia ampla, geral e irrestrita*, 14 de agosto de 1979, Aperj-PPRJ, setor DGIE – anistia, caixa 273, f.419-422.

Das interações imediatas às dinâmicas de transformações políticas

Nas manifestações ocorridas no centro do Rio de Janeiro em abril de 1968, em outubro de 1978 e entre julho-agosto de 1979, o espaço disputado da rua não constituiu um simples espelho das relações de força entre opositores e agentes do regime militar. Na verdade, a presença no espaço urbano, a capacidade de fazê-lo seu, de apropriar-se dele, de controlar as circulações e interações que ali ocorriam, e de dar a ele significado, constituiu também o que estava em jogo no enfrentamento entre policiais e manifestantes. Esses confrontos não somente deram visibilidade ao estado das relações de força, como também participaram de sua definição, nesses períodos de mudança política. Além do aspecto simbólico, controlar o espaço da manifestação era então um jogo de poder, inscrito em um processo político. As interações concretas e imediatas na rua constituíam assim a expressão da capacidade das autoridades de impor seu domínio e proibir que ele fosse contestado, ou, ao contrário, tolerar que o fosse. Mas elas também definiam posições e desenhavam as dinâmicas da contestação, pois entrava em jogo a repressão ou o *laissez-faire*, a fragilização ou o reforço dos protestos. A ocupação do espaço urbano pelos grupos manifestantes que realizavam performances e ocupavam praças públicas ou as escadarias das assembleias legislativas ia, portanto, além do símbolo ou do indício. Ao tornar evidente o enfraquecimento do controle autoritário, ela constituía um fator de seu declínio.

A comparação das interações na rua mostra como perder ou ganhar o espaço da rua é também perder ou ganhar poder. O poder é incorporado por grupos e indivíduos que ocupam espaços físicos e se enfrentam na rua, policiais e soldados de um lado, manifestantes do outro. Os processos de mudança política dependem de uma multiplicidade de fatores presentes nos parlamentos e nos corredores dos palácios presidenciais ou, ainda, nos quartéis. Mas eles também tomam a rua como palco. Interações que participem de dinâmicas definidas em outras arenas encontram uma forma concreta na rua. A série de manifestações de março-junho de 1968 se inscreve em um ciclo de repressão e de endurecimento das instituições autoritárias, em curto prazo com a presença de soldados e tanques nas ruas, em médio prazo com as prisões de centenas de opositores nos meses antecedentes e posteriores, e, em seguida, com a edição, em dezembro, do Ato Institucional nº 5. Em 1978 e 1979, as manifestações de rua contribuíram para a inversão do equilíbrio de poder, sendo essa sequência marcada por uma reviravolta a partir do momento em que a presença maciça de manifestantes foi tolerada e já não

deu espaço para acusações ou prisões, e a presença policial se fez mais discreta. Os opositores beneficiavam-se então de uma legitimidade que lhes permitiu uma presença mais longa e mais estável na rua, e desincentivou as autoridades a recorrer à repressão. É por isso que o recuo das forças da ordem no centro do Rio de Janeiro em 1979 não é somente um sinal do estado das forças de cada um, nesse período de abertura política. A tática do recuo faz parte dessa dinâmica, contribuindo assim para o fortalecimento das posições dos opositores.

Nessas condições, as dinâmicas de interação entre polícia e manifestantes são reveladoras do processo de co-construção do autoritarismo e de abertura política. Nas fragilidades do protesto, frente a uma forte repressão, percebemos o medo como também a aceitação social da ordem construída pelos agentes de um governo autoritário. Por outro lado, o fortalecimento da contestação nas ruas se explica em parte pelas rupturas no processo de legitimação autoritária. Colocam-se aqui as difíceis questões de aceitabilidade social da repressão ou da contestação, bem como a das representações sociais da ordem e da segurança, mas também a da legitimidade política. Para além do autoritarismo, são os processos de co-construção da ordem política que a observação dos eventos contestatórios na rua permite vislumbrar, tendo em vista a dinâmica de mudança em que eles se encaixam.

Referências

- ANCELOVICI, Marcos, DUFOUR, Pascal; NEZ, Héloïse (Eds.). *Street politics in the age of austerity: from the indignados to occupy*. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2016.
- COMBES, Hélène; FILLIEULE, Olivier. De la répression considérée dans ses rapports à l'activité protestataire. Modèles structuraux et interactions stratégiques. *Revue Française de Science Politique*, v. 61, p. 1047-1072, n. 6, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. 1968 au Brésil, *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire* (Paris), n°105, p. 169-183, jan.-mar. 2010.
- ISHAQ, Vivien et al. *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- LINZ, Juan Linz; STEPAN, Alfred (dir.). *The breakdown of democratic regimes*, v. 1: *Crisis, breakdown and reequilibration*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978.

- MARTINS, Luciano. The liberalization of authoritarian rule in Brazil. In: O'DONNELL, Guillermo et al. (Dir.). *Transitions from authoritarian rule*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986. v. 2, p. 72-94.
- MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (Dir.). *Transitions from authoritarian rule*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.
- SKIDMORE, Thomas. Brazil's slow road to democratization: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Dir.). *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 5-42.